

IAOD da Deputada Chan Hong em 17.01.2017

Reparação, quanto antes, das Portas do Entendimento e promoção de uma cooperação sino-portuguesa amigável

Em 1993, foram inauguradas as Portas do Entendimento, a primeira edificação que simboliza a amizade sino-portuguesa. A Administração portuguesa gastou mais de 28 milhões de patacas na sua construção. Situadas na zona de aterros de Sai Van, na sua fase inicial após a inauguração, eram um ponto turístico, mas, depois da transferência, as Portas do Entendimento sofreram erosão pela acção do vento e da chuva, e nunca foram reparadas. Há alguns anos, ocorreu o colapso de granito da sua parte cilíndrica, daí a preocupação da sociedade com a existência de perigos para a segurança.

Desloquei-me ao local e vi que está coberto de ervas e cheio de pontas de cigarro no chão, com o desprendimento de placas de mármore da sua estrutura, paredes riscadas, e pilares partidos e inclinados, o que deixa as pessoas bastante preocupadas. Esta situação não se coaduna com o que está escrito na sua entrada principal: “Portas do Entendimento, o desejo dos cidadãos dos dois países e o espírito de Macau”. Macau, enquanto centro mundial de turismo e lazer, não deve permitir que as Portas do Entendimento fiquem danificadas, pois bem afecta a sua imagem de cidade turística.

Com o aumento do intercâmbio entre a China e Portugal, a cooperação económica vai ser cada vez mais profunda. Macau, enquanto entreposto de diálogo e de cooperação entre as referidas partes, deve desenvolver bem o seu papel. Mas, ao longo do tempo, as Portas do Entendimento não foram reparadas nem conservadas, o que não se justifica. O Governo quer criar um corredor costeiro entre a Barra e a Torre de Macau, e tentar proceder à inclusão das Portas no plano geral de desenvolvimento do ambiente dessa zona, mas, até agora, não houve qualquer avanço. Os serviços competentes, em resposta às interpelações de alguns deputados sobre a questão da calendarização deste plano, afirmaram que só vão iniciar as obras de construção desse corredor e de reparação das Portas depois de se concluir a construção do centro modal da Barra e do metro ligeiro. É possível reparar primeiro as Portas?

O Governo não vedou com barreiras a entrada, nem afixou um aviso de alerta, assim, qualquer pessoa pode entrar livremente no local. A salubridade do local está má, e as consequências de acidentes, nomeadamente, de desprendimento das placas de mármore ou de desabamento da estrutura, serão graves. Para salvaguardar a segurança de cidadãos e turistas, será que é necessário encerrar de imediato as Portas do Entendimento e afixar editais e avisos para proibir a entrada do público? A estrutura das Portas constitui um risco? Solicito ao Governo que efectue, quanto antes, um exame geral e uma avaliação da segurança,

definindo uma proposta de reparação.

IAOD do Deputado Chan Meng Kam em 17.01.2017

No passado dia 21, o Secretário-geral do Comité Central do PCC, Xi Jin Ping, convocou e dirigiu a 14.^a reunião do Grupo de Liderança Central para os Assuntos Económicos e Financeiros. Nesta reunião, o ambiente foi colocado no primeiro lugar das tarefas a tratar, por causa do *smog*, que prejudica gravemente a vida da população, e foram mencionadas duas expressões -chave: “aquecimento através de energias limpas” e “recolha selectiva dos resíduos”. Em Macau não existe o problema da poluição devido ao uso de carvão para aquecimento, mas mesmo assim existem problemas análogos na recolha selectiva de resíduos, entre outros. A poluição do ar é abrangente, e Macau não escapa, por isso, o investimento de forma científica, a recolha, transporte e tratamento de resíduos, o tratamento eficaz da drenagem das águas poluídas, a protecção das florestas e das zonas verdes, o controlo adequado do número de veículos, e a poupança energética em geral são tarefas que têm de ser reforçadas.

Durante a reunião, salientou-se que a implementação do sistema de recolha selectiva de resíduos tem a ver com a melhoria da qualidade de vida de mais de 1,3 mil milhões de pessoas, com a redução e o tratamento não nocivo de resíduos, e ainda com a transformação de recursos. Trata-se de um grande projecto relacionado com a vida da população, portanto, o Governo deve assimilar o espírito dessa reunião.

Há dias, uma estação de TV de Hong Kong apresentou todo o processo da construção da Cidade Inteligente de Barcelona, e a recolha selectiva rigorosa e o sistema subterrâneo de colecta a vácuo de resíduos sólidos foram bem recebidos pelos residentes e turistas. Macau, enquanto cidade turística, não deverá aprender com as experiências mais avançadas?

Quanto ao lixo, mantêm-se as antigas práticas, portanto, todos os dias se vêem grandes caixotes de lixo colocados nas ruas e ruelas. O Governo já construiu, há muitos anos, em algumas ruas da Areia Preta, condutas subterrâneas para recolha do lixo, mas como essa medida não foi generalizada, os efeitos são limitados. E quanto ao transporte e tratamento do lixo, as práticas tradicionais também se mantêm, o aterro sanitário nas ilhas está quase saturado, e é impossível continuar eternamente a depositar lá o lixo. Olhando para os países e regiões avançados, Macau precisa de introduzir melhorias em vários aspectos, deve, nomeadamente, reduzir a quantidade de lixo, transformar o lixo, optar pelo tratamento não nocivo do lixo, etc.. Como é que o Governo vai resolver, quanto antes, esta “doença urbana”?

Por outro lado, é também necessário ter em atenção e resolver a questão do despejo, recolha e tratamento de águas residuais. Devido ao rápido crescimento do território, a rede de esgotos existente já não consegue satisfazer as

necessidades, os esgotos estão entupidos, e a água suja transborda em muitas ruas. Nas zonas antigas da cidade, a rede de canalização de água limpa mistura-se com as condutas de água residual, por isso, a água suja é despejada no mar, produzindo mau cheiro junto à zona costeira. A poluição do Canal dos Patos é um problema de há já vários anos, mas ainda não foi resolvido. O despejo de águas residuais e a consequente poluição está a afectar a vida dos residentes daquele local, assim como o ambiente de negócio e o turismo. Quando é que esse problema, considerado como uma “doença urbana”, vai ser resolvido?

Neste Inverno, Sanya é a cidade mais visitada pelas pessoas do norte que querem fugir ao smog. De facto, há anos, esta cidade sofria de muitas “doenças”, tais como, inundações, “alteração argílica” nas praias, poluição no Rio Sanya, etc. Mas, nos últimos anos, foram efectuadas obras de “restauração ecológica” e de “reparação urbanística”, abriu-se o Parque da zona húmida da costa leste, tratou-se das montanhas e da ecologia, e controlou-se a poluição do Rio de Sanya. O controlo destas doenças urbanas já obteve os primeiros resultados, portanto, isto pode servir de referência para outras cidades do País, incluindo Macau.

A protecção ambiental é bastante importante. O desenvolvimento económico deve ser acompanhado da protecção do ambiente e do ecossistema, que é essencial para o desenvolvimento sustentável e para o aumento da qualidade de vida dos cidadãos. Portanto, face a eventuais “doenças urbanas”, nomeadamente, ao nível do tratamento de resíduos, drenagem de águas residuais, aterros saturados e protecção das colinas e das zonas verdes, o Governo deve agir com determinação para encontrar uma solução.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 17.01.2017

Elevar a capacidade de acolhimento a partir das necessidades e informações dos turistas

A Direcção dos Serviços de Turismo divulgou uma compilação das opiniões da consulta pública do “Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo de Macau”, de entre as quais o problema da capacidade de acolhimento dos 40 milhões de turistas despertou a atenção do público. Nesse Plano Geral, o Governo fez avaliações e apresentou sugestões sobre três aspectos - o ambiente do turismo de lazer, o turismo de qualidade e o turismo cultural – mas não conseguiu dissipar as preocupações dos cidadãos sobre a capacidade de acolhimento de Macau nos feriados.

Quanto à capacidade de recepção turística, podemos reforçar a divulgação, promovendo a sensibilização e a participação dos cidadãos no desenvolvimento do turismo. Porém, nos feriados, esta capacidade fica sobrecarregada, o que afecta as deslocações e a vida da população. Face a esta realidade, essa solução pode não produzir os efeitos pretendidos. Na minha opinião, é mais importante melhorar a distribuição pelas atracções turísticas e as orientações dadas aos turistas.

Com as portas abertas para o negócio, não podemos recusar a entrada de visitantes, mas pode o Governo estudar formas de como orientar visitas em períodos diferentes. Entendo que o Governo, neste aspecto, deve aumentar, por um lado, mais pontos com mais-valia de interesse turístico e, por outro, orientar conscientemente as visitas em períodos diferentes, de forma a evitar a concentração de visitantes nalguns pontos turísticos e a falta de visitantes noutros. Assim sendo, sugiro:

1. Engrandecer e fortalecer o turismo de lazer através da via marítima. Já não há em Macau mais recursos de solos para construir instalações de turismo de grande envergadura, por isso o Governo tem de utilizar melhor os 85 km² de águas territoriais, e engrandecer e fortalecer o turismo através de embarcações de recreio e à vela, nomeadamente, organizando competições para estas embarcações, criando assim uma boa imagem de turismo de lazer ao nível do mar.

2. Reforçar a vigilância inteligente do fluxo de visitantes nos pontos turísticos e postos fronteiriços. Nos postos fronteiriços, pontos turísticos e na internet fornecer aos visitantes as informações ligadas aos pontos turísticos, para lhes dar conhecimento rápido das mesmas e orientá-los a evitar as horas de pico nesses pontos.

3. Explicar bem os aspectos culturais e fazer bem a interligação dos transportes entre os pontos turísticos. Vários pontos turísticos de Macau possuem um conteúdo cultural muito rico, mas o Governo ainda não dispõe de medidas

concretas para apresentar bem as narrativas culturais. Há cada vez menos grupos turísticos e cada vez mais turistas individuais, e vários guias turísticos estão a mudar o seu rumo. O Governo pode aproveitar a força desses guias para disponibilizá-los nos pontos turísticos, ou seja, envidar esforços para explicar bem as narrativas culturais. Com uma narração animada das histórias de Macau e uma boa ligação de transportes entre os pontos turísticos, acredita-se que vai ser aumentada a atracção dos mesmos, surtindo efeitos na distribuição dos turistas e elevando, em termos globais, a nossa capacidade de acolhimento.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng José em 17.01.2017

Sugestões sobre o melhor aproveitamento do litoral de Macau

No dia 16 de Dezembro de 2015, o Conselho de Estado aprovou oficialmente a área marítima sob jurisdição da RAEM em 85 quilómetros quadrados, e clarificou os respectivos limites terrestres. Depois do lançamento desta nova política, o Governo da RAEM e os diversos sectores sociais têm estado a discutir activamente sobre como explorar as potencialidades destes 85 quilómetros quadrados de área marítima, no entanto, ainda não se viram sugestões sobre a sua finalidade específica para melhorar, rapidamente, a vida da população e responder às aspirações sociais. Então, vou tentar hoje partilhar as minhas ideias, ainda que não muito amadurecidas.

1. Construir locais de estacionamento no espaço marítimo e aumentar os espaços nas vias públicas

Um dos pontos cruciais dos problemas do trânsito de Macau é a limitação de espaços. O aumento anual do número de parques de estacionamento não consegue acompanhar o aumento constante dos veículos. Os serviços competentes aumentaram custos do estacionamento e as multas para o estacionamento ilegal, mas estas medidas dificilmente vão resolver os problemas de estacionamento. Macau pode aprender com as regiões costeiras e usar plataformas no espaço marítimo para construir parques, aumentando assim os espaços nas vias públicas e satisfazendo as necessidades da população, em especial nos dias festivos, em que mais pessoas saem à rua, nomeadamente, nos dias do Concurso Internacional de Fogo-de-Artifício de Macau e do Festival de Gastronomia, uma vez que essas actividades decorrem junto ao mar. O estacionamento em plataformas marítimas poderia aliviar a pressão constante da população face ao estacionamento durante essas actividades.

2. Construção de uma plataforma flutuante e introdução de elementos recreativos e desportivos

Nos últimos anos, devido ao replaneamento dos terrenos, foram temporariamente removidos e demolidos alguns recintos e instalações desportivos, mas a respectiva procura tem vindo a aumentar. As autoridades também se cansam de procurar terrenos adequados àquelas instalações, então, recorrem às escolas e associações, mas mesmo assim, continua a ser difícil satisfazer a procura. Macau pode tomar como referência os exemplos do exterior, construindo uma plataforma flutuante de grande porte para a criação de

complexos desportivos e recreativos. Olhando para as técnicas utilizadas ao nível internacional na construção destas plataformas, os recintos desportivos em plataformas sobre a água podem acolher campos de basquetebol, beisebol, futebol, ou até recintos para espectáculos, etc. Como as plataformas flutuantes são móveis, a flexibilidade para se ajustar a localização dos referidos complexos aumenta, sem se afectar o planeamento da costa marítima. Se as plataformas flutuantes servirem como recintos para espectáculos, podem eventualmente constituir um dos cartões-de-visita do nosso turismo, atraindo assim mais turistas.

3. Prevenir os riscos e aumentar as instalações de armazenagem

A insuficiência de espaços para armazenagem tem sido alvo de discussão no sector do retalho, mas a questão continua por resolver porque os terrenos são limitados. Devido às graves limitações de espaço, os depósitos de produtos perigosos estão próximos dos residentes, o que põe em risco a sua vida. Em Junho do ano passado, ocorreu um incêndio num mini-armazém na região vizinha do qual resultaram mortos e feridos graves, caso este que veio alertar para a segurança do armazenamento em Macau. O aproveitamento do espaço marítimo para a criação de armazéns pode resolver a insuficiência de terrenos, e permitir que os armazéns de produtos perigosos fiquem afastados das habitações, salvaguardando a segurança dos cidadãos e resolvendo o problema do armazenamento temporário.

Há ainda muitas possibilidades de aproveitamento dos recursos marítimos. E quanto à concretização das sugestões referidas, devemos assumir uma postura cautelosa.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 17.01.2017

Ex.^{mo} Sr. Presidente,
Caros colegas:

Desde a entrada em vigor da Lei n.º10/2013 (Lei de terras), o Governo retomou muitos terrenos por terem chegado ao fim os 25 anos do prazo de aproveitamento provisório. Em Dezembro de 2015 foi declarada a caducidade da concessão do terreno onde se encontrava o Edifício “Pearl Horizon”, envolvendo mais de 3000 fracções e os direitos e interesses de uma dezena de milhares de condóminos. Entretanto, mais de cem suspenderam pagamento das prestações ao banco, por falta de capacidade financeira para aguentar os encargos com um edifício que não existe. Os bancos envolvidos afirmaram que, possivelmente, iam recorrer ao tribunal; recentemente, alguns condóminos acusaram o empreendedor de burla; e está ainda em curso o processo judicial entre o empreendedor e o Governo. Mas como estes processos demoram muito, agrava-se a tortura psicológica para os condóminos envolvidos.

A nova Lei de terras até deu origem ao fenómeno de “perder apesar de se ter razão”. Num acórdão do Tribunal de Segunda Instância (TSI), de 25 de Novembro de 2016, reconhece-se que a Sociedade de Jogos de Macau (SJM) não tem culpa e que o seu recurso é procedente, portanto, o despacho do Governo que declara a caducidade da concessão, com base no incumprimento das obrigações contratuais por parte da SJM, padece dos vícios de erro sobre os pressupostos de facto e da violação de leis. Todavia, segundo o mesmo acórdão, como o prazo de 25 anos da concessão provisória por arrendamento já terminou, então, nos termos da nova Lei de terras, o TSI teve de declarar a referida caducidade, o que teve grande eco na sociedade.

No entanto, este não é, de todo, um caso excepcional. Em 2016, o Governo declarou caducada a concessão provisória de sete terrenos situados em Seak Pai Van devido à não conclusão do seu aproveitamento ao fim de 25 anos, ou seja, no termo do prazo de arrendamento. Mas, segundo as concessionárias, durante o prazo de 25 anos de aproveitamento provisório, foi o Governo que tomou a iniciativa de alterar a finalidade desses terrenos e que se atrasou na emissão das respectivas plantas de condições urbanísticas. Para além disso, também não concluiu as infra-estruturas e na zona de Seak Pai Van ainda se encontra uma colina rochosa, portanto, faltando o abastecimento de electricidade e água, e ainda vias rodoviárias, aproveitamento do terreno é difícil. E apesar dos motivos que impediram a conclusão do aproveitamento dentro do prazo de arrendamento não poderem ser imputáveis às concessionárias, o Governo insiste na recuperação dos terrenos, sem considerar outras soluções.

O caso “Pearl Horizon” envolve mais de três mil fogos e mais de dez mil pessoas, portanto, alguns deputados entendem que se trata de um problema

social de interesse público relevante, e como tal, deve ser resolvido num processo autónomo. Não concordo. O referido problema social foi originado pela nova Lei de terras, e o Governo tem salientado que as autoridades se limitam a “cumprir” a lei, e que a reversão dos terrenos está de acordo com a lei. Do grupo de adjudicatários do terreno em causa fazem parte empresários locais e investidores estrangeiros. E tal como os pequenos proprietários das fracções do “Pearl Horizon”, conseguiram legalmente o terreno, pagaram legalmente os prémios de concessão e os impostos, e submeteram legalmente as plantas do projecto às autoridades. Porém, em consequência da omissão dos serviços públicos na definição dos planos urbanísticos, na avaliação do impacto ambiental e na autorização das plantas apresentadas, o desenvolvimento do terreno foi-se atrasando e os adjudicatários não conseguiram aproveitá-lo atempadamente. E agora é o Governo que afirma que está a efectuar a reversão do terreno “nos termos da lei”, tomando “medidas radicais”. Esta posição do Governo afecta gravemente a economia e o ambiente de investimento de Macau, e lesa também a imagem de Macau como sociedade onde se segue o princípio do “primado da lei”.

Entendo que o caso “Pearl Horizon” deve ser resolvido a partir da sua origem, isto é, através da Lei de terras. É necessário tornar pública, quanto antes, a intenção legislativa dessa lei, e encontrar uma solução que seja aceite por todos os envolvidos.

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 17.01.2017

Os cidadãos desejam que o plano e o relatório feitos pelo Governo correspondam à realidade

Há tempos, o Governo divulgou o documento da consulta do “Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo de Macau”, em que se aponta que a “estimativa de baixo crescimento do número total de visitantes em 2025 varia entre os 33 milhões e os 35 milhões, e a estimativa de médio crescimento em 2025 varia entre os 38 milhões e os 40 milhões”. Mas segundo o “Relatório do Estudo sobre a Política Demográfica de Macau”, “após análise da estrutura demográfica, da evolução demográfica dinâmica e dos possíveis factores influenciadores da população de Macau, estimamos que, até 2025, a população irá atingir, aproximadamente, 750 mil pessoas”.

Com a publicação do plano e do relatório referidos, a população está preocupada com o agravamento da capacidade de acolhimento. Em 8 de Outubro de 2013, e em 26 de Fevereiro e 5 de Junho de 2014, apresentei interpelações escritas sobre a capacidade de acolhimento ter ultrapassado o seu limite máximo. As exigências da população quanto à qualidade de vida têm aumentado constantemente, queixando-se sempre das dificuldades não só de arranjar transporte e lugar de estacionamento, mas também nas deslocações e no acesso à habitação, tendo manifestado as suas opiniões junto do Governo. Mas quantas delas foram superadas? Nos feriados, os pontos turísticos, nomeadamente, a Avenida de Almeida Ribeiro, o Largo do Senado, o Largo de São Domingos e as Ruínas de São Paulo, enchem-se de pessoas e nem se consegue dar um passo. Nessa zona não há espaço para as pessoas andarem, quanto mais para passear e fazer compras. Portanto, segundo algumas pessoas, a confusão resultante da capacidade de acolhimento ter ultrapassado o seu limite máximo continua por resolver, e isto quer dizer que o Governo ainda não conseguiu identificar o que a população sente, pois os problemas manifestados pela população e por especialistas e académicos ainda não foram resolvidos.

O Governo tem aplicado várias medidas, por exemplo, de promoção do turismo nas zonas antigas, para redireccionar os turistas, mas grande quantidade de visitantes continua a deslocar-se para os pontos turísticos principais, o que levou os serviços competentes a aplicar a medida de controlo do fluxo de pessoas. O Governo tem vindo a frisar a meta de transformar Macau numa “cidade propícia para viver”, só que os resultados têm sido alvo de dúvidas da população, isto, porque na cabeça dos cidadãos a ideia de “cidade propícia para viver” deve ser abrangente, salientando-se o desenvolvimento coordenado entre vários aspectos, por exemplo, económico, social, cultural, ambiental, entre outros, com as pessoas satisfeitas por trabalhar, viver e residir nesta cidade, preferindo

continuar a viver aqui a longo prazo. Mas, em vários aspectos, a capacidade desta cidade já atingiu o seu limite máximo e, embora não se possa falar em ruptura de todo o ambiente, o certo é que a qualidade de vida dos residentes está a baixar cada vez mais e, neste entretanto, a população e os turistas continuam a aumentar, só que a quantidade de recursos em Macau é limitada, por isso, o espaço é cada vez mais reduzido, e a indignação acumulada dos residentes é cada vez maior. Em suma, segundo o referido relatório, a população de Macau vai atingir, em 2025, cerca de 750 mil, e a isto juntam-se os 40 milhões de turistas. Os cidadãos querem saber: Macau é capaz de assumir estes grandes números? Além disso, Macau não definiu até ao momento os indicadores de referência sobre a capacidade integral desta cidade. Então, como é que se consegue adquirir o ponto de equilíbrio entre a capacidade de recepção dos turistas e a qualidade de vida da população? Mas, seja como for, o Governo deve avaliar os riscos, o mais cedo possível, e definir as respectivas soluções, antes de Macau rebentar por saturação e de os residentes perderem a paciência por causa disto, e não pode deixar que a situação continue a piorar.

Aproveito ainda para referir que o Governo começou a receber pedidos de importação de empregadas domésticas do Interior da China, sem limites. Há que elogiar a DSAL, que trabalhou em prol da população, oferecendo uma grande prenda aos cidadãos no ano novo. Mas estes dizem que, apesar de o Governo ter um *slogan* atraente, “Já se pode contratar empregadas domésticas do Interior da China/ter uma pessoa para dar apoio é bom”, muitos não sabem ainda dessa notícia. Assim, desejam que o Governo reforce a divulgação através dos meios de comunicação social, para que mais famílias possam ser beneficiadas!

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 17.01.2017

No dia 1 de Janeiro, o Governo aumentou drástica e repentinamente várias taxas relativas aos veículos, tais como para a inspecção, remoção, desbloqueamento, matrículas, etc. E como a sua implementação foi demasiado precipitada, a população ficou descontente, e os motoristas, em especial, ficaram ainda mais preocupados, pois os veículos são “o seu ganha-pão”, portanto, as novas medidas intensificaram os conflitos, devido, por exemplo, à falta de estacionamento para veículos pesados.

Sabemos que faltam estacionamentos em Macau, especialmente para os pesados, tais como betoneiras, autocarros de turismo, etc. Segundo os dados dos Serviços de Estatística e Censos, até Novembro do ano passado existiam 7772 veículos pesados, no entanto, são gravemente escassos os lugares para o seu estacionamento legal. Sendo elevada a procura e reduzida a oferta, o sector dos transportes tem-se visto “obrigado a violar a lei”. E tem feito reflectir essa dificuldade junto do Governo, sem nunca ter conseguido uma solução. Com as novas taxas, o sector está extremamente preocupado com a possibilidade do aumento significativo dos seus encargos decorrentes das despesas com o “bloqueamento” e a “remoção” dos veículos. Os Serviços para os Assuntos de Tráfego prometeram aumentar, a curto prazo, 120 lugares para pesados, mas como os pesados são aos milhares, não adianta. E quanto a outros planos de aumento, a sua concretização exige tempo. Mas mesmo assim, o sector espera que as autoridades continuem a trabalhar no sentido de proporcionar condições para o cumprimento da lei pelos motoristas de pesados. Mas a questão mais importante é a aquisição de autocarros de turismo sem se resolver antes o seu estacionamento, e depois não são as empresas, são os motoristas que têm de encontrar um lugar de estacionamento. Essa responsabilidade recai sobre eles e sobre a sociedade em geral, portanto, o Governo tem de exigir às empresas que tratem do estacionamento antes da referida aquisição, resolvendo-se assim o problema logo na sua origem.

Para além disso, uma das grandes preocupações do sector é o aumento, de 4 a 5 vezes, da taxa de reinspecção dos veículos. Mais, depois da entrada em funcionamento do Centro de inspecções de viaturas, em Novembro passado, detectou-se que os equipamentos não estavam equilibrados, o que deixou o sector e os condutores preocupados por isso poder resultar na reprovação das viaturas e, conseqüentemente, terem, sem culpa nenhuma, de pagar uma elevada taxa para uma nova inspecção. Os serviços competentes têm de garantir as boas condições de funcionamento dos equipamentos do referido Centro, têm de criar um mecanismo de recurso que permita uma nova inspecção sem custos adicionais, e têm de reforçar o diálogo com o sector, com vista a eliminar as preocupações em relação à precisão dos equipamentos.

Entendemos o porquê de os serviços competentes implementarem uma gestão e planeamento integrados para resolver e aliviar os problemas do trânsito de Macau, contudo, quando se implementam políticas, há que ouvir as opiniões da população, caso contrário, serão muitos os descontentamentos e as pessoas revoltadas, e as políticas acabam por se revelar contraproducentes. Espero que o Governo tenha retirado as devidas lições desta situação, e que, no futuro, aquando da definição de políticas, tenha em conta as dificuldades da população e do sector e dialogue com todos, com vista a que as políticas beneficiem de facto o desenvolvimento social.

IAOD da Deputada Kwan Tsui Hang em 17.01.2017

Depois do retorno à pátria, a economia de Macau desenvolveu-se rapidamente, acompanhada do aumento significativo dos preços da habitação e dos produtos. Mas os salários não acompanharam o ritmo deste aumento. Com a descida das receitas do sector do jogo em 2014, a economia de Macau entrou numa fase de ajustamento, e muitos trabalhadores dos sectores do jogo, restauração, venda a retalho, etc. viram os seus salários congelados durante dois anos consecutivos.

Em Agosto do ano passado, as receitas do sector do jogo voltaram a estabilizar, e o número de visitantes não parou de subir no segundo semestre do ano passado. Todos os estratos sociais estão atentos, a ver se vai ser possível manter esta tendência de subida. Segundo os relatórios apresentados sucessivamente pelos diversos bancos de investimento, prevê-se que as receitas brutas do sector do jogo atinjam o crescimento de um dígito, acabando assim a tendência de descida que se mantém há mais de dois anos. É de crer que este sector volte, paulatinamente, ao seu desenvolvimento estável, e os sectores do turismo e da hotelaria sigam essa tendência de crescimento. A fase de apuros dos diversos sectores ainda não acabou, mas está quase a chegar ao fim.

A economia de Macau começa a recuperar, tendo-se já registado uma subida da taxa de inflação e dos preços de alguns produtos e alimentos. Com a chegada do novo ano, é evidente que os trabalhadores sujeitos a essa pressão do aumento dos preços queiram ter aumentos salariais, com vista a poderem recuperar o poder de compra.

Mesmo com o reajustamento do mercado do jogo, marcado pela descida das receitas dos casinos durante dois anos, os números mostram que as concessionárias têm conseguido lucros avultados. Porém, desde o ano passado, muitas operadoras congelaram os salários alegando a redução das receitas, apenas numa das operadoras se registou um aumento ligeiro dos salários. De facto, a taxa de inflação acumulada contribuiu para uma redução crescente do nível de vida dos trabalhadores, especialmente na área da restauração, segurança e limpeza, onde é elevada a mão-de-obra importada. A remuneração dos locais nesses sectores de actividade já está sujeita à pressão decorrente do elevado número de não residentes, por isso, o congelamento dos seus salários ainda os pressiona mais. Assim, apelo ao Governo impulsionar as concessionárias do jogo e as empresas com condições a aumentarem, quanto antes, os salários. E quanto às operadoras do jogo devem, de facto, tomar a iniciativa de o fazer, para que os seus trabalhadores possam partilhar dos frutos do crescimento económico.

INTERVENÇÃO ANTES DA ORDEM DO DIA

“A GOVERNAÇÃO ABUSIVA E ILEGAL DENTRO DA FUNÇÃO PÚBLICA”

Recentemente, o nosso Gabinete de Atendimento aos Cidadãos tem vindo a receber muitas queixas de trabalhadores da função pública alegando que alguns serviços públicos, com conhecimento das respectivas tutelas, vêm obrigando os trabalhadores a permanecer **“on call”** pagando em contrapartida horas extraordinárias caso sejam chamados para trabalhar. Se não trabalharem não são pagos nem podem ausentar da RAEM.

Por exemplo, muitos dos trabalhadores da tutela dos serviços de Transportes e Obras Públicas que estão neste momento **“on call”** não podem ausentar da RAEM e devem estar constantemente atentos às chamadas telefónicas dos seus telemóveis particulares sob ameaça de serem processados caso falhem em atender as chamadas dos seus superiores hierárquicos.

Estas condutas abusivas e sem base legal para além criarem enormes pressões nos trabalhadores constituem gestão abusiva e ilegal dos respectivos serviços públicos e viola os princípios basilares do primado da lei e governação científica. Os queixosos afirmaram que muitos serviços públicos forçam os trabalhadores a utilizar os seus telemóveis particulares para tratarem de questões relacionadas com assuntos de serviço interno.

Alguns dirigentes com o beneplácito da tutela dos serviços públicos criam grupos de trabalho tais como **“Whatsapp”** e **“Wechat”** obrigando os trabalhadores a utilizar os seus telemóveis particulares para trabalhar fora do horário normal de serviço sob ameaça de consequências disciplinares. Estas condutas prejudicam o convívio familiar e violam o artigo 33.º da Lei Básica quanto à liberdade de viajar, de sair de Macau e regressar a esta quando melhor apetecer.

Estas situações, tornam-se mais graves, quando as próprias tutelas permitem estes abusos e outras que sabendo desta gestão abusiva e ilegal, nada fazem para impedir a exploração dos trabalhadores, resultando na degradação da moral dos explorados e gerando uma enorme desmotivação dentro dos serviços público.

A eventual falta de pessoal ou a gestão incompetente de alguns serviços públicos não deve ser resolvida com a exploração dos trabalhadores via gestão abusiva e prática de ilegalidades. Há que encontrar soluções quer pela simplificação administrativa quer pela via do governo electrónico para resolver os problemas internos dos serviços públicos.

Por isso, apelo ao Chefe do Executivo como dirigente máximo da RAEM para chamar a atenção das tutelas em falta a fim de por cobro aos citados abusos e ilegalidades que em nada abonam o bom nome e imagem do Governo da RAEM.

Muito Obrigado.

O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau aos 17 de Janeiro de 2017.

José Pereira Coutinho

IAOD do Deputado Leong Veng Chai em 17.01.2017

Trabalhadores da linha da frente são atacados no exercício de funções

Alguns funcionários públicos da linha da frente – inclusive do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, Instituto de Habitação, Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental, Direcção dos Serviços de Turismo, Comissão de Segurança dos Combustíveis (agentes fiscais), Gabinete para a Prevenção e Controlo do Tabagismo dos Serviços de Saúde (agentes inspectores), entre outros – são alvo de agressões físicas e injúrias no exercício de funções, mais precisamente nas situações que envolvem acusação por infracções.

A sociedade, a vida da população, o trânsito, o sector do jogo, o sector do turismo, etc. têm-se desenvolvido a ritmo acelerado, e todos os anos Macau recebe mais de 10 milhões de visitantes. Alguns turistas e cidadãos desconhecem as leis e regras de Macau, por exemplo, o Regime de prevenção e controlo do tabagismo, o Regulamento Geral dos Espaços Públicos e a lei sobre a Proibição de prestação ilegal de alojamento, portanto, alguns funcionários da linha da frente são, muitas vezes, atacados no exercício de funções. Mas, apesar disso, o Governo realça sempre que as sanções vão continuar a ser rigorosamente aplicadas e em conformidade com o poder que lhes foi legalmente conferido, podendo os funcionários em causa solicitar assistência à polícia (nos casos de agressão física). E mais, se os actos em causa forem excessivos, os responsáveis têm de assumir a respectiva responsabilidade penal.

Recentemente, o Tribunal Judicial de Base julgou um caso em que dois inspectores do Gabinete para a Prevenção e Controlo do Tabagismo dos Serviços de Saúde ficaram feridos depois de terem sido empurrados. O infractor em causa foi condenado por dois crimes de ofensa qualificada à integridade física, tal como previsto no Código Penal, foi punido com multa e teve de indemnizar os dois inspectores, tudo no montante de 20 mil patacas. Este resultado foi um estímulo para o pessoal da área da fiscalização e para os inspectores da linha da frente, demonstrando que estão protegidos por lei durante o seu trabalho. Só que o caso aconteceu em Maio de 2015 e o julgamento e conclusão só aconteceram em Dezembro de 2016, portanto, durante ano e meio, os funcionários da linha da frente, executores da lei, tiveram de enfrentar um fardo psicológico muito pesado. Portanto, espero que os serviços competentes do Governo acelerem os processos judiciais relativos a este tipo de casos, de modo a recuperar a confiança dos funcionários.

IAOD do Deputado Lau Veng Seng em 17.01.2017

O Governo Central lançou recentemente uma estratégia em benefício dos estudantes de Macau, no sentido de alargar o contingente que lhes é reservado nas instituições de ensino superior. São mais, portanto, as oportunidades de poderem os alunos de Macau frequentar as mais conceituadas instituições de ensino do País. Numa intervenção antes da ordem do dia, no ano passado, já fiz algumas sugestões neste sentido, esperando que o Governo e os serviços competentes da China criem um melhor ambiente de aprendizagem para os jovens. Teve lugar há dias uma grande exposição sobre o acesso às instituições de ensino superior da China e sabe-se que são bastante bons os resultados do exame de admissão, prevendo-se assim que a partir do próximo ano lectivo vai haver cada vez mais alunos a estudarem na China. Esta tendência vai levar a que cada vez mais estudantes de Macau optem, após a conclusão do curso de quatro anos, por trabalhar na China, o que torna o regime de trabalho mais polémico. As “Normas sobre o Controlo do Trabalho dos Residentes de Taiwan, Hong Kong e Macau no Interior da China” foram elaboradas em 2005 e, como os tempos mudaram, há que as aperfeiçoar para, quando os jovens começarem a trabalhar no outro lado da fronteira, poderem usufruir de formalidades administrativas mais simplificadas, de um mecanismo além-fronteira mais optimizado, em termos de segurança e bem-estar sociais, bem como de um regime cada mais perfeito não só de certificação de residência, como profissional. Além disso, sendo Macau uma plataforma nas relações entre a China e os Países Lusófonos, prevê-se uma mobilização mais frequente de talentos, logo, há que aperfeiçoar, quanto antes, o mecanismo de reconhecimento de habilitações e de credenciação profissional. Deve assim o Governo fazer tudo isto para elevar a eficiência e manter a unanimidade do regime de salvaguarda, para que os jovens de Macau possam participar em diferentes tipos de trabalho no País, e ajudar a elevar a qualidade dos recursos humanos com os seus conhecimentos e experiência profissional, caso venham a ser atraídos para voltar e servir Macau.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 17.01.2017

Aumentar o apoio para as pessoas com rendimento médio

As pessoas com rendimento médio são sempre a camada pilar para o desenvolvimento social de Macau, só que o Governo desleixa, a longo prazo, o respectivo apoio. O seu rendimento é relativamente elevado, mas, perante a inflação, as despesas do dia-a-dia que só aumentam e não descem, a que se acresce os preços fora da realidade das habitações do mercado privado, não conseguem comprar uma casa, mas também não podem requerer uma habitação pública, portanto, estão obrigados a aguentar fortes pressões nas rendas; mesmo que consigam aguentar prestações para uma habitação, a pressão também é enorme. Na verdade, as pessoas com rendimento médio, para além de estarem afastadas da rede de regalias sociais, têm uma capacidade mais fraca de aguentar impostos, relativamente às pessoas com rendimento alto, mas, em comparação com a camada de base, têm de suportar mais impostos. Assim, na realidade, a qualidade de vida delas está a baixar, nivelando-as com as pessoas de rendimento médio baixo ou baixo e transformando-as numa parte do grupo dos “working poor”. Se o Governo deixar continuar esta situação, vai agravar-se cada vez mais o fenómeno de “M-shaped society”, o que vai trazer influências negativas para a estabilidade social e o desenvolvimento económico.

Antes, o Governo esperava permitir que os residentes com um nível médio de rendimentos usufruíssem, efectivamente, dos resultados do crescimento económico, através de diversificadas medidas de apoio e da redução de 30% no imposto profissional. Mas, de acordo com dados estatísticos, nos últimos anos, registou-se um aumento contínuo da média do rendimento mensal dos residentes empregados, atingindo actualmente 18 000 patacas. No entanto, o limite de isenção anual, fixado em 144 000 patacas, mantém a percentagem de dedução inalterada há muitos anos. Em resultado, o sistema fiscal e as medidas de benefício produzem efeitos limitados nos residentes com rendimento médio. Propus várias vezes que se definissem medidas fiscais mais diversificadas para este grupo de pessoas, nos domínios da saúde, habitação, apoio familiar e educação. O Chefe do Executivo também afirmou que ia ponderar prestar mais atenção à classe média, através da redistribuição da riqueza e do alívio fiscal, sobretudo mediante mecanismos eficientes de longo prazo nas áreas da educação, saúde e habitação. Porém, apesar de nas LAG deste ano ser mencionado o apoio aos residentes com rendimento médio, não foram anunciadas medidas concretas, o que é lamentável e leva a questionar como é que o Governo vai apoiar em várias vertentes esta camada de residentes.

É nestes termos que exorto o Governo a dispensar esforços no estudo da definição de “classe média” ou “classe com rendimentos medianos”, contribuindo assim para definir objectivamente uma estratégia de apoio a essa classe, por

exemplo, revendo o actual regime fiscal, de forma a introduzir as mais variadas formas de obtenção de deduções fiscais, nomeadamente, relativas a ascendentes e descendentes e a membros do agregado familiar portadores de deficiência, e a ajustar nas LAG do próximo ano o montante do imposto profissional não sujeito a tributação, pois é com acções que se pode aliviar os seus pesados encargos. Por outro lado, no que respeita à habitação, exorto o Governo a concluir, com a maior brevidade possível, o estudo sobre as necessidades de habitação pública e de novos tipos de habitação, bem como a definir uma política de habitação integral e a regular o desenvolvimento do mercado de imóveis.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 17.01.2017

Na sequência do desenvolvimento socioeconómico, o problema da poluição sonora tornou-se cada vez mais grave nos últimos anos, e registou-se um aumento significativo do número de queixas. Assim, as autoridades efectuaram os trabalhos de revisão da lei, esperando com a aplicação da Lei n.º 8/2014 (Prevenção e controlo do ruído ambiental, vulgarmente chamada de “Lei do ruído”), garantir de uma melhor forma a saúde da população e a qualidade do ambiente.

Devido aos factores objectivos de pouco espaço e muita população, e à alta densidade habitacional, o problema da poluição sonora é relativamente complexo em Macau, a que se acrescem os problemas da falta de competência na aplicação da lei por parte das autoridades e dificuldades na devida aplicação, por isso, os efeitos do controlo da poluição sonora não correspondem às expectativas da população. Segundo notícias recentes, no primeiro dia de 2017, as autoridades receberam 55 queixas relativas a ruído, de entre as quais, 21 de ruído produzido por um bar na zona de Nam Van, mas não foi possível aplicar a lei de forma imediata devido às limitações de competências, e apenas foram transferidas as queixas para a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA) para efeitos de acompanhamento. Mas a DSPA afirmou que não tinha recebido qualquer queixa naquela noite e no dia seguinte (2 de Janeiro) foi ao referido bar e exigiu que este respeitasse rigorosamente a Lei do ruído. Apesar disso, era já uma realidade que as autoridades não tinham conseguido aplicar a lei de imediato, afectando a população, e o pior é que os serviços competentes empurraram as responsabilidades de um para outro, havendo falta de clareza quanto às competências, o que provoca mais insatisfação do público.

De facto, no início da sua aplicação, já as autoridades salientavam que a Lei do ruído seria aplicada pela Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental e pela PSP e, sobre isso, as competências dessas duas entidades estão claramente definidas. Trata-se de uma melhoria em comparação com a legislação anterior cuja responsabilidade pela sua aplicação estava distribuída por diferentes entidades. Mais, aquando da consulta pública sobre a Lei do ruído, apesar do apoio geral da sociedade à revisão da lei, muitos consideraram que as alterações não conseguiam responder totalmente às expectativas da população. Por exemplo, a lei não protege os que trabalham por turnos, não foi considerada, de acordo com a realidade, a separação de critérios e horários para o controlo dos ruídos doméstico e social, assim como não foi regulamentado o ruído de baixa frequência.

Como referiu o Governo, há dificuldades na aplicação da lei devido à complexidade e abrangência do problema do ruído urbano, o qual é produzido a hora incerta e pode não ser contínuo. Mas se Macau pretende ser uma cidade habitável, não se pode ignorar o agravamento do problema do ruído. A prevenção

do ruído ambiental implica o controlo comportamental da população e dos sectores relacionados, mas também a aplicação activa da lei por iniciativa das autoridades, em cumprimento dos deveres dos próprios serviços públicos. Assim, para se prevenir o ruído ambiental, apelo ao Governo para uma definição mais clara das competências dos diferentes serviços públicos, reforçando a sua cooperação, e criando também um mecanismo eficiente para a prevenção e combate ao ruído ambiental. A legislação deve ser revista e aperfeiçoada através de estudos científicos, em conjugação com as reivindicações da sociedade. Deve-se tratar e analisar atempadamente as queixas, e criar um mecanismo de fiscalização dos “pontos negros” de ruído ambiental, com a divulgação ao público das respectivas informações. Por outro lado, os trabalhos de sensibilização do público e de divulgação da lei devem ser realizados continuamente, para uma melhor consciencialização pública e dos sectores relacionados. A prevenção do ruído deve ser feita a partir da sua origem, garantindo, assim, a saúde da população, tal como a construção de uma cidade harmoniosa e habitável.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 17.01.2017

Questionar a não concretização da consulta pública sobre os órgãos municipais, prevista para a segunda metade de 2016

Exortar à realização da consulta pública sobre a criação destes órgãos por sufrágio directo por bairro

No Relatório das LAG para 2016 da área da administração e justiça, divulgado em Novembro de 2015, o Governo promete planear o estabelecimento de órgãos municipais sem poder político, e afirma que estará prevista “a formação, no segundo semestre de 2016, de uma sugestão preliminar que será objecto de uma consulta pública”. Segundo a resposta do Chefe do Executivo à minha questão durante o plenário da Assembleia Legislativa, foi efectuado um estudo meticuloso e a respectiva consulta pública ia começar na segunda metade de 2016, esperando-se assim que o estabelecimento dos referidos órgãos fosse concluído em 2018. Porém, 2016 já acabou e a consulta pública não foi lançada. Por que razão é que o Governo não conseguiu ainda concretizá-la?

Nos termos dos artigos 95.º e 96.º da Lei Básica, a criação de órgãos municipais sem poder político é assunto interno da RAEM, e a competência dos mesmos é regulada pela lei da RAEM. Porém, ontem, a Secretária para a Administração e Justiça afirmou, surpreendentemente, que era preciso trocar opiniões com os serviços do Governo Central. Afinal, terá algum departamento do Governo Central tomado a iniciativa de interferir, ou será apenas uma desculpa da Secretária para se ilibar da responsabilidade pelo atraso nesta acção governativa? Os cidadãos merecem uma explicação sobre isto.

Exorto, mais uma vez, o Governo a explicar, de imediato, o plano preliminar da criação de órgãos municipais sem poder político.

Em Hong Kong, todos os órgãos municipais sem poder político (os Conselhos Distritais) são constituídos por sufrágio directo por distrito. Está a ser promovido um plebiscito em divisões geográficas mais pequenas por cada conselho distrital, para a eleição dos seus deputados, e foi revogado o regime de nomeação pelo Chefe do Executivo. A população e a área da RAEM correspondem às de um dos poucos mais de 10 distritos de Hong Kong. Por isso, a criação de órgãos municipais sem poder político em Macau deve tomar como referência o sistema das regiões vizinhas que, no desenvolvimento institucional, reflecte efectivamente a vontade da população de cada distrito.

Mais concretamente, o Governo deve avançar de imediato com a consulta pública e criar órgãos municipais através do sufrágio directo por bairro. Deve planear a reforma do mecanismo do Conselho Consultivo dos Serviços Comunitários do IACM, transformando-o num conselho administrativo com a

participação de deputados dos diversos bairros, no sentido de tratar dos assuntos culturais, recreativos e sanitários, bem como das questões relacionadas com as instalações públicas e a prestação de serviços, dando resposta às questões que os habitantes dos diversos bairros enfrentam.

IAOD do Deputado Au Kam San em 17.01.2017

Instalações sociais incompletas e a falta de uma calendarização para a construção de escolas

Seac Pai Van é um bairro social que conta com mais de 9 mil fracções públicas. Começaram a ser sucessivamente ocupadas em 2013, mas até hoje, 2017, o lote CN6a, que estava reservado para a construção de escolas, continua coberto de ervas, sem qualquer indício de obras de construção. Apresentei três interpelações, em Dezembro de 2015, Maio e Julho de 2016, questionando o andamento da construção de escolas, e as autoridades, nas suas respostas, salientaram sempre que o projecto estava a ser planeado, mas que, com a vigência da Lei do planeamento urbanístico, em 2014, exigiam-se “novas condições do planeamento em relação ao desenvolvimento dos projectos, incluindo a necessidade da entrega do relatório de avaliação da ventilação, do plano de compensação arbórea e do relatório de avaliação do impacto ambiental, entre outros”, situação que impedia o andamento dos projectos. No entanto, continuaram com a previsão da entrada em funcionamento dessas escolas no ano lectivo de 2018/2019, portanto, as aulas vão começar em Setembro de 2018. Mas já estamos em Janeiro de 2017, faltam apenas 20 meses para as escolas começarem a funcionar, e as obras ainda não tiveram início.

O terreno foi reservado para a construção da escola de Seac Pai Van e é compreensível que não tenha havido tempo para o fazer até 2012 devido à pressa em construir as 19 000 habitações públicas prometidas. Mas depois de estarem concluídas quase todas as obras de Seac Pai Van, devia ter-se dado início à construção das escolas. O plano de construção foi adiado para 2011, só em 2013 é que começaram com a planta, e com a entrada em vigor da Lei do Planeamento Urbanístico em 2014, surgiram novas exigências. Então, passados 5 anos, a planta continua por concluir, e nem sequer se pensa em avançar com as obras. Será assim tão difícil traçar a planta duma escola que só vai albergar cerca de mil alunos?

Seak Pai Van foi concebido para albergar 60 mil pessoas - 30 mil em habitações públicas e outras 30 mil em habitações não públicas - todas com filhos que necessitam de escolas. Na resposta, em Agosto do ano passado, a uma minha interpelação escrita, a DSEJ afirma que o plano de urbanização vai ser concretizado por fases, e que o projecto de construção de escolas está pensado para uma população de 30 mil pessoas, que é o actual número de residentes daquela urbanização, ou seja, a restante população só será contemplada nas fases seguintes. Isto mostra que o Governo não tem um planeamento e se limita a fazer apenas o que tem de fazer. Os equipamentos sociais têm de ser planeados em conjunto e necessitam de tempo para a sua construção, e para que possam responder às necessidades dos residentes, há que os planear e executar atempadamente. Planear com base no número de residentes implica,

necessariamente, atrasos. Seak Pai Van começou a ser ocupado em 2013, portanto, mesmo que a escola entre em funcionamento em Setembro de 2018, conforme previsto pelo Governo, há aqui uma diferença de cinco anos de atraso.

Além disso, o terreno afectado à construção de escolas já é limitado, e mesmo que seja totalmente ocupado, dificilmente satisfaz as necessidades de vagas tanto no ensino primário como no pré-escolar. Porém, o Governo é demasiado ambicioso, e quer construir, neste espaço limitado, o Centro de Formação de Línguas e o Centro Prático de Ensino Técnico-profissional, reduzindo assim o número de vagas para 1365, uma diferença significativa em relação às necessidades reais. Se nas 9000 fracções de Seac Pai Van viverem 30 000 pessoas, quantas vagas escolares são necessárias? Os alunos do ensino secundário frequentam escolas noutros bairros, mas os dos jardins-de-infância e da primária devem, o mais possível, ir à escola no próprio bairro. Olhando para o número de alunos de Macau, os do pré-escolar representam 3% da população e os da primária 5%, portanto, num bairro com 30 000 habitantes, as vagas escolares deveriam variar ser 900 e 1500, respectivamente. Isto significa que, mesmo depois de construídas as escolas, alguns alunos quer do pré-escolar quer da primária vão ter de frequentar escolas de outros bairros. Como é que é possível não duvidar do profissionalismo de quem fez um planeamento destes?

Face às dúvidas suscitadas, na resposta à minha interpelação escrita, o Governo afirma que em Macau “não se implementou um sistema de distribuição centralizada dos lugares nas escolas, pelo que os encarregados de educação e alunos podem escolher as escolas livremente.” Este comentário só pode ser ridículo! Será que a não implementação do referido sistema significa que o Governo pode descurar o facto da falta de vagas escolares na zona em questão e as deslocações que os alunos terão de fazer até outras zonas distantes para poderem ir à escola? Perante a falta de vagas, os encarregados de educação e os alunos são obrigados a escolher escolas localizadas em zonas distantes do seu bairro social. Será que isto é que é “escolher as escolas livremente”?

De qualquer maneira, espero que a escola de Seac Pai Van entre em funcionamento em Setembro de 2018, tal como foi prometido pelo Governo.

IAOD do Deputado Tsui Wai Kwan em 17.01.2017

O controlo do crescimento de veículos, a primazia dos transportes públicos e a partilha do direito de acesso às vias públicas constituem a política global de transportes do Governo. A população já chegou a consenso sobre isto, por serem as questões que merecem resolução prioritária.

A redução do número de veículos com isenção fiscal, o encurtamento do prazo para a inspecção anual dos veículos, e o aumento das taxas de estacionamento e do imposto sobre veículos motorizados são medidas em prol do respectivo controlo. De facto, as taxas desse imposto mantinham-se inalteradas há 20 anos, e é irrazoável contar, permanentemente, com o financiamento dos recursos públicos, pagos por toda a população de Macau.

Na Assembleia Legislativa (AL), nunca pararam as críticas ao Governo por não conseguir controlar os veículos. Mas depois de este lançar uma política, estando a polícia a actuar segundo a lei, começaram de imediato as manifestações e críticas de cedência de interesses. Que criatividade!

Afinal, será que queremos mesmo corrigir o que não está correcto, agravando o custo da violação à lei para elevar os efeitos dissuasores contra o abuso de estacionamento ilegal, para melhor salvaguardar o direito de utilização do espaço rodoviário público dos residentes? Ou será que vamos deixar, de braços cruzados, o aumento infinito dos veículos e continuar a conceder subsídios irracionais, cuja conta vai ser paga por toda a população?

De facto, os aumentos não foram repentinos, pois havia indícios possíveis de verificar. O Secretário Raimundo do Rosário manifestou várias vezes nesta Assembleia a sua postura de os custos para “alimentar” os veículos serem excessivamente baixos, o que é raro no mundo, e que há vários anos os montantes não eram actualizados. Isto queria dizer que os custos iam ser aumentados, sendo também o *timing* para rectificar o estacionamento abusivo. Todos nós já sabíamos bem o que ia acontecer.

A atitude do Governo é passiva – tem sido esta a expressão que sai da nossa boca. Agora, o Governo está a começar rectificar o caos, mas estamos a impedi-lo de o fazer. Afinal, queremos ou não que o Governo actue? Ou deve assumir uma atitude passiva? Nós apoiamos os fenómenos incorrectos do passado? Ou queremos fenómenos correctos hoje? Os deputados devem fazer o que devem, e não fazer o que não devem.